



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

**ABERTURA**

**1. ABERTURA**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Financeira

1.1. Balancete

1.2. Pagamentos

1.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2018

1.4. Alteração ao Orçamento de 2018

2. Secção Administrativa

2.1. Protocolo de colaboração com a CIMRL no âmbito do projeto “Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios”

2.2. Juventude Socialista – Pedidos de cedência do auditório da Praça da Notabilidade e de isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despacho

2.3. Tomás e Santos, Lda. – Licenças especiais de ruído

2.4. Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados – Pedidos de transporte e isenção do pagamento das respetivas taxas

2.5. Liga Portuguesa Contra o Cancro – Pedidos de autorização para realização da ação “Verão com Prevenção”, colaboração e isenção do pagamento das respetivas taxas

2.6. Responsabilidade Civil Extracontratual do Município – Reclamação n.º 7/2018, apresentada por Fernanda Paula Alves Martins Cruz

3. Secção de Recursos Humanos

3.1. Abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior - licenciado em engenharia florestal ou em outra área que se



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

revele adequada ao posto de trabalho, para exercício de funções no Gabinete Técnico Florestal

4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

4.1. Propriedade horizontal da Villa Praia

5. Setor de Ambiente

5.1. Protocolo para recolha de óleos alimentares usados

**IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

A Sra. Presidente informou os Senhores Vereadores que não foi possível concluir a ata n.º 11/2018, de 14 de junho devido à extensão da mesma e ao elevado volume de trabalho das técnicas envolvidas na sua elaboração, pelo que a mesma será submetida à próxima reunião de Câmara.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes dizendo que a ata é um instrumento de trabalho fundamental porém, os vereadores do PS entendiam os argumentos aduzidos e anuíam à pretensão de votá-la na próxima reunião de Câmara.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Em 07/06/2018, veio a CIMRL dar conta de um e-mail a informar sobre a pergunta colocada pela Deputada Fátima Ramos do GP/PSD e subscrita pelos Deputados do PSD ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, questionando para quando a ligação da A13 ao IP3 e qual o cronograma para as obras do IP3.
- Através de e-mail de 18/06/2018, Artur Sousa veio propor a aquisição pelo Município de alguns exemplares do seu último livro sob o título “Em Chamas”, argumentando que o mesmo se baseia no tema dos incêndios e tem como objetivo mostrar às pessoas a importância das florestas e dos bombeiros na nossa sociedade. Refere, ainda, que 10% do valor da aquisição de cada livro, cujo custo unitário é de 15 €, reverterá a favor da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera.  
Irá proceder-se à aquisição de quatro exemplares, a distribuir pela Biblioteca Municipal (1), pelas Bibliotecas Escolares (2) e pela AHBVCP (1).
- Através de e-mail de 27/06/2018, veio a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) informar que tem continuado a trabalhar no processo negocial constituído pelos Decretos-Lei setoriais, pela Proposta de Lei-Quadro da Descentralização e pela Proposta de Lei que procede à alteração da Lei das Finanças Locais (LFL), e que o Governo disponibilizou, agora, um conjunto de ensaios financeiros relativos ao processo de descentralização administrativa, com as verbas que integrarão o Fundo de Financiamento da Descentralização, previsto na Proposta de alteração à LFL. Os dados incluem um quadro geral com os impactos financeiros, por município, nas áreas da educação, saúde e



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

cultura, bem como informação acrescida nas áreas da educação, saúde e habitação.

Em anexo ao referido e-mail a ANMP remeteu ao Município os referidos dados, para conhecimento, apreciação e avaliação, solicitando o envio, até ao dia 6 de julho, de qualquer informação considerada relevante.

- A IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais veio comunicar que, por motivos associados à implementação e operabilidade dos serviços online, deixará de contar com as delegações municipais e, por conseguinte, cessarão as funções dos Delegados Locais, com efeitos a 1 de julho de 2018.

Nessa sequência, solicita que sempre que os promotores/clientes que habitualmente se dirigem ao Município para questões relativas à matéria em causa lhes seja prestada a informação de que devem aceder ao site da IGAC: <https://www.igac.gov.pt/newsletters-tematicas> ou, em alternativa, remeter um pedido de esclarecimento para o endereço eletrónico [igacgeral@igac.pt](mailto:igacgeral@igac.pt)

- A fim de mitigar a escassez de recursos humanos para fazer face à limpeza do concelho, foi autorizada a realização de trabalho extraordinário, até ao limite de 2 horas/dia, por parte dos trabalhadores municipais afetos aos serviços externos que estejam interessados.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente acrescentou que na sequência da intervenção da munícipe presente na última reunião de Câmara diligenciou no sentido de encontrar os locais com fugas de água, não tendo localizado nenhum deles, tendo de imediato transmitido, pessoalmente, essa informação à munícipe em causa, reiterando, no entanto, o seu propósito de continuar as buscas.

Relativamente à questão da berma da estrada no ramal da Moita, informou que o proprietário do terreno confinante cedeu há alguns anos, parte do mesmo a fim de se fazer o alargamento da curva, no entanto, porque o Município não realizou esse alargamento e o espaço estava a ser utilizado como parque de estacionamento esse mesmo proprietário entendeu ocupar o terreno para obviar essa situação.

Prosseguindo, a Sra. Presidente referiu ainda, que pediu ao proprietário em causa, mais algum tempo para que o Município possa realizar a intervenção que motivou a cedência.

Pediu para usar da palavra a Dra. Bernardina Macedo para informar que está em curso o prazo para serem formulados pedidos de indemnização no âmbito dos incêndios do ano passado, por danos não contemplados em instrumentos legais especificamente criados para o efeito, dando ainda conta que a Câmara Municipal vai lançar uma nota informativa à população no sentido de que os interessados se dirijam aos serviços camarários para lhes ser prestado o auxílio necessário para instruírem os seus pedidos.

De novo com a palavra, a Sra. Presidente informou que a CCDRC agendou uma reunião para o próximo dia 12 de junho sobre a problemática da reconstrução



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

das segundas habitações e sobre o que está legislado até ao momento quanto à matéria em causa.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes que a propósito das informações elencadas perguntou relativamente à ligação da A13 ao IP3 se já havia uma data ou se foi apenas um pedido de esclarecimento, tendo a Sra. Presidente respondido que foi apenas um pedido de esclarecimento.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes, questionou, relativamente à informação sobre a descentralização administrativa se já havia dados mais concretos ou se ainda estava na fase de se fazer a cabimentação por Município para depois chegar ao valor total.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que os valores já tinham cabimentação em educação e saúde, e que na parte da cultura, o nosso Município não tem atribuída qualquer verba, acrescentando que o documento é relativamente extenso e ainda não teve oportunidade de o analisar convenientemente.

Nessa sequência, o Sr. Vereador António Antunes pediu que lhe fosse facultado esse documento, tendo a Sra. Presidente solicitado aos serviços que providenciassem pelo seu envio.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes fez referência a algumas notícias saídas na comunicação social sobre a viabilidade de investimento nos concelhos de baixa densidade onde a Sra. Presidente afirma que estes concelhos são viáveis se tivermos a capacidade de aumentar o número de pessoas, lembrando então o Sr. Vereador António Antunes, que esse assunto já foi discutido várias vezes em sede de reunião de Câmara e que é sua opinião, que só existe uma forma de o fazer, que é através da criação de emprego, pois só assim é possível a fixação de pessoas.

Ainda a propósito desse tema, fez também alusão a outra notícia relacionada com a Lusiaves onde a própria Lusiaves diz, a propósito do investimento nos três concelhos (Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande), que no nosso Município lhes foi apresentada uma proposta de substituição dos terrenos acordados com o anterior executivo, pelo que gostaria de saber qual é essa proposta.

De imediato, a Sra. Presidente esclareceu relativamente à última questão que a proposta de substituição dos terrenos já foi transmitida em sede de reunião de Câmara quando foi informado que tinha sido proposto à Lusiaves alterar os terrenos iniciais disponibilizados, o Campo de Tiro e a Safra 1, pela Safra 1 e Safra 2, uma vez que recaem sobre aqueles um conjunto de condicionantes, concluindo que o processo continua em curso.

Continuando, a Sra. Presidente informou que, no âmbito de fixação de pessoas, foi feito um levantamento dos espaços existentes e que estão completamente vazios no concelho, inclusivamente os particulares, para perceber a viabilidade de se poderem alugar esses espaços a empresas que queiram vir investir no concelho.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que tinha lido na comunicação social que a CCDRC informou que ainda havia verba para as segundas habitações, pelo que pretendia esclarecimentos sobre a forma como se está a trabalhar para agilizar o processo de requalificação das segundas habitações afetadas pelos incêndios, embora, em parte, a sua questão já tenha sido respondida pela Sra. Presidente nas informações que prestou quando referiu que estava agendada uma reunião com aquela entidade sobre o assunto em causa, pedindo, no entanto, que lhes transmitissem, (a si e ao Sr. Vereador António Antunes), as conclusões dessa reunião.

Prosseguindo, perguntou o que levou à paragem das obras da Alameda das Rocas, que considera uma acessibilidade privilegiada no sentido de aproximar a Praia das Rocas ao centro da vila.

Em resposta, a Sra. Presidente explicou que a paragem da construção da Alameda das Rocas deveu-se, inicialmente, ao facto de aquela obra se ter iniciado num terreno pertencente à Fundação Bissaya Barreto sem o seu conhecimento e consentimento, tendo aquela entidade manifestado o seu desacordo e solicitado que as obras parassem de imediato, tendo essa situação sido ultrapassada depois de vários contactos entre as partes, carecendo, no entanto, de uma cedência por parte da Fundação, e não apenas de uma autorização de utilização do terreno, como ocorreu, pois, só assim, aquela parte da obra pode ser comparticipada.

Prosseguindo, referiu que existem, porém, mais questões para resolver relacionadas, nomeadamente, com alguns elementos do projeto que, segundo o empreiteiro, são de difícil execução e nunca deveriam ter sido projetados daquele modo.

Mais referiu que, em face do exposto, foi sugerido pela CCDRC que o Município efetuasse a paragem da obra, dando a mesma por finda na fase em que se encontra, e que fosse elaborado novo projeto, ou seja, tudo o que foi feito até ao momento terá de ser pago ao empreiteiro da obra e posteriormente terá de ser aberto novo concurso público para que a obra possa ser concluída.

Na sequência desta informação, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se o projeto já estava em execução tendo a Sra. Presidente, de imediato, respondido que as alterações necessárias ao projeto já estão efetuadas, estando-se a concluir o procedimento anterior com o empreiteiro para que a CCDRC autorize o novo procedimento.

Ainda a propósito desta matéria, tomou a palavra o Sr. Vereador António Antunes, informando estar preocupado com os custos associados ao término da obra nesta fase, pois para além de ser necessário elaborar um auto de trabalhos a mais e de trabalhos a menos, poderá verificar-se a necessidade de indemnizar o empreiteiro.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que, em termos de indemnização ainda não sabia o que poderia advir, mas que, relativamente aos trabalhos a menos, já tem a informação por parte do empreiteiro de que este não irá exigir qualquer ressarcimento.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que leu na comunicação social que na cerimónia de abertura do FLII (Festival Literário Internacional do Interior) que a Sra. Presidente terá referido a intenção de criar uma residência literária a executar na Casa Bissaya Barreto, tendo pedido então, esclarecimentos sobre esse projeto.

A Sra. Presidente respondeu que foi referida uma intenção de dar uma utilidade àquele espaço criando uma residência literária que esteja disponível para que os escritores possam usufruir do mesmo.

Acrescentou que a cedência daquele edifício ao Município tem algumas condicionantes nomeadamente, a sua utilização para questões sociais, de educação e cultura, enquadrando-se nesse âmbito a intenção de criar a residência literária.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou um breve apontamento solicitando que fosse transmitido a quem de direito que a falta da cobertura da esplanada do restaurante da Praia das Rocas é inestética e desconfortável para quem frequenta aquele espaço tendo, de imediato, a Sra. Presidente informado que tem conhecimento que está em execução a colocação de uma cobertura no espaço em causa.

Sobre esta matéria, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou um apelo para que houvesse um pouco mais de planificação de forma a permitir corrigir este tipo de situações atempadamente

Em seguida, informou que, tendo por referência as mais recentes notícias que dão conta da constituição como arguidos do ex-Presidente da Câmara deste Município, bem como do anterior e atual Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, num processo que se encontra a correr termos por causa dos incêndios de junho do ano passado, queria apresentar uma proposta de voto de solidariedade para com os mesmos, procedendo, em seguida, à sua leitura:

*“No dia 19 de junho de 2018 foram constituídos arguidos Fernando Lopes, anterior presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera e Jorge Abreu, presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, por atos e/ou omissões no exercício de funções autárquicas.*

*Foram constituídos arguidos dois dos presidentes de câmara dos muitos concelhos onde ocorreram incêndios com vítimas mortais no ano passado.*

*Desta forma, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, em reunião ordinária de 29 de junho, delibera manifestar a ambos, bem como aos restantes autarcas envolvidos neste processo, a sua solidariedade política e pessoal.”*

A Sra. Presidente colocou a votação a referida proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, interveio novamente o Sr. Vereador António Antunes perguntando sobre a questão que colocou há duas reuniões atrás quanto à





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

intervenção efetuada a montante da Praia das Rocas, tendo a Sra. Presidente informado que o representante do Município na Prazilândia também não pôde estar presente nesta reunião de Executivo por questões de trabalho.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes deixou uma nota para seja limpo um monte de tout-venant que se encontra na estrada do S. João da Mata, junto à curva, pois a sua existência naquele local constitui perigo.

Por último, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que na circunstância dos Vereadores do PS não terem tido oportunidade de discutir e votar a ata da reunião anterior por a mesma não se encontrar pronta, pretendiam deixar uma nota de desagrado e incompreensão pelo facto de não lhes terem sido facultados, naquela mesma reunião, como o pediram, todo um conjunto de documentos sobre a ratificação do despacho exarado pela Sra. Presidente relativamente ao Monumento de Homenagem ao Bombeiro.

Nessa sequência, houve alguma troca de impressões entre o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, a Dra. Bernardina e a Sra. Presidente, sobre o entendimento que foi dado quando foram pedidos os documentos, tendo esta última referido o facto de ter lido naquela mesma reunião alguns dos documentos em causa.

A este propósito o Sr. Vereador António Antunes esclareceu que foram pedidos dois documentos, a memória descritiva e o relatório técnico.

Não se registando intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

#### **4. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 27 de junho de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.694.543,33 € (dois milhões seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e três euros e trinta e três cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.632.064,96 € (dois milhões seiscentos e trinta e dois mil sessenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 62.478,37 € (sessenta e dois mil quatrocentos e setenta e oito euros e trinta e sete cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.704.686,63 € (dois milhões setecentos e quatro mil seiscentos e oitenta e seis euros e sessenta e três cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

#### **5. PAGAMENTOS**

Foi presente o balancete referente ao dia 27 de junho de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.694.543,33 € (dois milhões seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e três euros e trinta e três cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.632.064,96 € (dois milhões seiscentos e trinta e dois mil sessenta e



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

quatro euros e noventa e seis cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 62.478,37 € (sessenta e dois mil quatrocentos e setenta e oito euros e trinta e sete cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.704.686,63 € (dois milhões setecentos e quatro mil seiscentos e oitenta e seis euros e sessenta e três cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

**6. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018**

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação, e de 2.000,00€ (dois mil euros) no Plano Plurianual de Investimentos, igualmente, por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade.

**7. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018**

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 8.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 11.000,00 € (onze mil euros), por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade.

**8. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A CIMRL NO ÂMBITO DO PROJETO “SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA E DETEÇÃO AUTOMÁTICA DE INCÊNDIOS”**

Presente protocolo celebrado entre o Município e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito do projeto “Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios como complemento de apoio à decisão – POSEUR-02-1810– FC-000139”.

Considerando o manifesto interesse do projeto subjacente ao protocolo em apreço, nomeadamente, no que concerne à defesa da floresta contra incêndios;

Considerando a necessidade urgente em regular a forma de comparticipação do valor a suportar pelos municípios no âmbito do referido projeto, nos termos ínsitos no protocolo, o que não se compadece com mais delongas;

Considerando que, por esse facto, estando verificados o carácter excecional e urgente, se procedeu à outorga do mesmo;

Propõe-se, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere a sua ratificação.

**DELIBERAÇÃO:**





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. JUVENTUDE SOCIALISTA – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA NA NOTABILIDADE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente e-mail da Juventude Socialista a solicitar a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, para o dia 29 de junho de 2018, a fim de realizar a I conferência de Direito do Consumo, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o relevante interesse do tema para a população em geral;

Considerando que as potencialidades da iniciativa para a projeção, dinamização e divulgação do Concelho, diversificando a oferta, estendendo-a para áreas mais culturais e educativas, com grande interesse e atualidade, capaz de atrair diferentes públicos;

Considerando que os atos preparatórios para realização da atividade não se coadunavam com a presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido despacho de autorização de cedência do espaço requerido, com isenção do pagamento das respetivas taxas, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. TOMÁS E SANTOS, LDA. – LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO**

Presente dois requerimentos apresentados pela empresa Tomás e Santos, Lda., representada por António José dos Santos Carvalho, solicitando a concessão de licenças especiais de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de música ambiente no quase Bar, nos dias 15, 16, 22, 23, 29, 30 de junho e todas as sextas-feiras e sábados dos meses de junho e agosto de 2018, no horário compreendido entre as 20h.00 e as 02h.00.

Considerando que a realização da música ambiente realizada nos dias 15, 16, 22 e 23 de junho p.p., ocorreu em datas anteriores à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença requerida, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere autorizar a concessão da licença especial de ruído para os restantes dias, conforme requerido.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

A Sra. Presidente pediu escusa por ser familiar do representante da requerente, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou, da



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

**11. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS - PEDIDO DE TRANSPORTE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS**

Presente e-mail da Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, informando que a ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual convidou o Rancho Folclórico “Os Serranos” para participar no VII Festival de Danças e Cantares da ALADI, que vai decorrer na Lavra, no próximo dia 30 de junho.

A fim de participar no mencionado festival, a Cercicaper solicita o apoio do Município através da cedência de transporte para o efeito, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder o transporte solicitado, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO “VERÃO COM PREVENÇÃO”, COLABORAÇÃO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS**

Presente e-mail da Liga Portuguesa Contra o Cancro a informar que pretende realizar uma ação de sensibilização para a problemática do cancro da pele e sua prevenção, em diversas praias da região centro do País, nos dias 28 e 29 de julho de 2018.

Neste âmbito, solicita autorização para a realização desta iniciativa no Concelho, bem como a cedência, a título gratuito, de um stand onde se possa colocar o material informativo e os voluntários possam permanecer durante a dinamização da mesma.

Mais, solicita autorização para que o referido stand seja colocado nas imediações da praia fluvial do Poço Corga.

Considerando o relevante interesse da iniciativa, nomeadamente no que respeita à sensibilização e informação da população relativamente à doença oncológica e, mais especificamente, ao cancro de pele, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a realização da referida ação, bem como a cedência do stand a título gratuito.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO – RECLAMAÇÃO N.º 7/2018, APRESENTADA POR FERNANDA PAULA ALVES MARTINS CRUZ**

Ponto retirado da ordem de trabalhos.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

**14. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - LICENCIADO EM ENGENHARIA FLORESTAL OU EM OUTRA ÁREA QUE SE REVELE ADEQUADA AO POSTO DE TRABALHO, PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**

Considerando que o posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior para exercício de funções no Gabinete Técnico Florestal se encontra vago desde 18/07/2017, na sequência da consolidação da situação de mobilidade na categoria, no Município da Mealhada, da Sr.ª Engenheira Gabriela Alexandra Fernandes da Silva;

Considerando a inexistência, no Município, de trabalhadores que possam ser sujeitos a mobilidade interna, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para fazer face à ocupação do posto de trabalho em questão;

Considerando a inexistência de reservas de recrutamento nesta carreira;

Considerando a inexistência de pedidos de mobilidade interna remetidos ao Município para esta carreira;

Considerando que se torna imprescindível o recrutamento de um trabalhador, para ocupação do posto de trabalho em causa, dada a necessidade para os serviços respetivos do desempenho das funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP;

Considerando o constante da Organização dos Serviços do Município publicada no Diário da República n.º 7, de 10 de janeiro de 2013 — Despacho n.º 672/2013;

Considerando as atribuições definidas para o Município pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que existe cabimento orçamental para as despesas inerentes ao recrutamento do técnico em apreço;

Considerando que o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - licenciatura em engenharia florestal ou em outra área que se revele adequada ao posto de trabalho, aberto através do Aviso n.º 1131/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série — n.º 17, de 24 de janeiro de 2018 - Referência 2, ficou sem efeito, em virtude de todos os candidatos que efetuaram o método de seleção prova de conhecimentos terem sido excluídos do mesmo, por terem obtido resultados inferiores a 9,5 valores, conforme determina o n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

Considerando o período de tempo que já foi despendido, acrescido do que será ainda necessário para a realização das diversas fases que compõe o procedimento;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

Considerando que a contratação deste técnico se reveste de grande premência, em face, designadamente, do substancial acréscimo do volume de trabalho resultante dos incêndios florestais que deflagraram neste Concelho no passado mês de junho/2017, acrescido de toda a legislação entretanto publicada sobre a matéria integrada no âmbito da competência do posto de trabalho em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

A) - Proceder à abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior - licenciado em engenharia florestal ou em outra área que se revele adequada ao posto de trabalho, para exercício de funções no Gabinete Técnico Florestal.

B) - Que a abertura do procedimento concursal em causa se efetue nos termos do n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ou seja, através de procedimento único, ao qual poderão concorrer trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, sem prejuízo da prioridade que deverá ser dada a eventuais candidatos com vínculo por tempo indeterminado.

C) - Que, nos termos do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, sejam adotados os seguintes métodos de seleção:

Métodos de seleção obrigatórios: prova de conhecimentos e avaliação psicológica;

Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção.

D) - Que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, para os candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de requalificação tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho objeto da presente deliberação, sejam adotados os seguintes métodos de seleção:

Métodos de seleção obrigatórios: avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências.

Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, estes últimos candidatos, podem afastar, por escrito, a realização destes métodos de seleção, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos indicados na alínea C) desta deliberação.

E) - Que, na parte aplicável, o demais prescrito no artigo 36.º da LTFP seja tido em conta, bem como o previsto no ordenamento jurídico vigente sobre a matéria.

F) - Que o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado, numa das posições remuneratórias da categoria, será objeto de negociação com o Município, de acordo com as regras constantes no artigo 38.º da LTFP, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantido em vigor por



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

força do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano 2018, sendo que a posição remuneratória de referência é a 2.ª, nível 15, da carreira técnica superior, a que corresponde o valor de 1.201,48 euros, da Tabela Salarial Única.

G) - Que o prazo de apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis;

H) - Que a composição e identificação do júri seja a seguinte, sem prejuízo da necessidade de se recorrer a entidades habilitadas para realização de alguns dos métodos de seleção que dada a sua especificidade assim o exijam (avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências):

Presidente – Bernardina Pais de Macedo, chefe de divisão;

Vogais efetivos – Rui Manuel de Almeida e Silva e Paula Maria Teixeira dos Santos Silva, técnicos superiores, sendo que o primeiro substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

Vogais suplentes – João Pedro Farinha Pegado e Carla Inês Tavares Correia, técnicos superiores.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **15. PROPRIEDADE HORIZONTAL DA VILLA PRAIA**

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

## **16. PROTOCOLO PARA RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS**

Presente proposta de protocolo a celebrar entre o Município e a empresa Marco Batista, Recolha de Óleos Alimentares Usados, tendo como objeto o estabelecimento dos termos e condições de cooperação entre as partes com vista à recolha de óleos alimentares usados produzidos nos estabelecimentos escolares do Concelho, bem como os depositados nos oleões instalados pelo Município para servir a população concelhia.

Considerando o interesse inerente à outorga do presente protocolo, nomeadamente, para cumprimento dos normativos legais em vigor sobre a matéria em causa, particularmente no que respeita ao adequado encaminhamento e tratamento deste tipo de resíduos, com manifestos benefícios para o ambiente;

Considerando que a empresa assume todos os encargos provenientes das obrigações que lhe estão cometidas no âmbito do protocolo, exceto as resultantes de atos de vandalismo, renunciando ao ressarcimento pela autarquia, a qualquer título, dos valores despendidos;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a outorga do protocolo em apreço, nos precisos termos da proposta que se anexa à presente deliberação e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **17. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Terminada a discussão e votação dos assuntos agendados, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 12/2018**

Reunião Ordinária de 29 de junho de 2018

Presente a D. Elisabete Fernandes informando que, no âmbito da Toponímia, pretendia deixar algumas sugestões para nome de ruas na aldeia da Moita. Assim, sugeriu que a rua abaixo da antiga escola primária, à esquerda, ficasse com o nome do seu avô, António Rodrigues, que foi Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sugeriu ainda que também fossem contemplados com nomes de ruas na referida aldeia, Manuel Alves Tomás e Luís Alves Tomás, dois irmãos que foram para o Brasil no início do séc. XX onde fizeram fortuna tendo realizado na Moita algumas obras beneméritas, nomeadamente a Capela, a 1.ª escola primária, a ponte e a estrada desde a 236 até à capela.

A Sra. Presidente agradeceu a sugestão informando que está a ser constituída a Comissão Municipal de Toponímia e que obviamente estará aberta a todas as sugestões que possam surgir.

**ENCERRAMENTO**

**18. ENCERRAMENTO**

Não se registando mais intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram quinze horas e cinquenta e um minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_